



## Declaração Política

**Deputado Heitor de Sousa**

Assembleia da República, 11 de outubro de 2017

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores deputados,

Os acontecimentos que se estão a viver, desde o início desta semana, na travessia do Tejo, no serviço de transporte prestado pela Soflusa entre o Barreiro e Lisboa, é o caos total que exige respostas concretas por parte do Conselho de Administração da Soflusa e, sobretudo, por parte do Governo.

Desde 2<sup>a</sup> feira, e, pelos vistos, está anunciado que esta situação dure toda a semana, apenas estão ao serviço quatro dos oito navios, sendo que os restantes estão em manutenção/reparação.

Para além da natural e compreensível revolta dos passageiros que utilizam os barcos da Soflusa, que não entendem porque razão metade da frota ficou fora de serviço de uma semana para a outra, os Avisos do Conselho de Administração sobre o assunto foram gasolina para a fogueira que justifica a revolta.

De facto, a Administração publicou uma recomendação “para que as pessoas evitassem deslocações do Barreiro para Lisboa entre as 8 e as 9 horas”.

Se isto fizesse parte de um filme diríamos que estaríamos em presença de uma cena surreal, digna do mais puro estilo “felliniano”.

Mas, não, isto é o sinal que há demasiadas coisas erradas nesta história: na Soflusa, no serviço de transporte público fluvial no Tejo e, glo-

balmente, no serviço de transporte público na Área Metropolitana de Lisboa.

Na Soflusa, esta situação é o reflexo da estratégia da anterior Administração, mandatada pelo Governo do PSD/CDS para privatizar a Transtejo e Soflusa, o que levou à venda de um navio “Augusto Gil” – que agora faz falta – e à recusa em realizar investimentos de manutenção nos restantes, nomeadamente garantindo os indispensáveis Certificados de Navegabilidade.

Neste preciso momento, é por não existirem Certificados de Navegabilidade renovados que esta situação surge, o que aumenta ainda mais a perplexidade da situação: não é uma surpresa, já se sabia que ia acontecer.

Isso mesmo está bem descrito e relatado num comunicado emitido no passado dia 9 de outubro pelo Sindicato dos Transportes Fluviais, Costeiros e da Marinha Mercante.

Por isso, é absolutamente incompreensível a “recomendação” da Administração para que as pessoas não utilizem esta semana os barcos entre as 8 e as 9 horas! Então não será obrigação da Soflusa assegurar um serviço rodoviário alternativo de autocarros para conduzir as pessoas em excesso, por exemplo até Cacilhas, ou mesmo até Lisboa? Ou será que a Administração só se lembra de “transportes alternativos” quando há greves dos trabalhadores?

Isso não resolve o problema certamente, mas minimiza-o. O que tem a dizer o Sr. Ministro da tutela sobre este assunto?

E atenção que uma situação semelhante também acontece na Transtejo. Também neste caso, o governo anterior vendeu ao desbarato o navio “Martim Moniz” e deixou caducar vários certificados de navegabilidade, no âmbito da mesma estratégia de preparação para a privatização.

A superação das dificuldades só se resolve com o reforço do investimento público nos transportes públicos, em especial na AML:

- para renovar e modernizar frotas;
- para expandir redes de metropolitano, tanto na Margem Norte, como na Margem Sul;

- para melhorar e modernizar o serviço de comboios nas principais linhas da AML;
- e para, globalmente, oferecer mais transportes públicos, com mais qualidade e frequência e a um preço mais acessível e justo.

Estes são desafios estratégicos que o Governo tem de assumir já e não apenas a partir de 2021.

Não pode haver mais desculpas para não desbloquear o investimento público a partir do próximo Orçamento de Estado.

A Assembleia da República deu, em Julho e em Setembro, sinais claros ao Governo, aprovando, em alguns casos por unanimidade, e noutros, por larga maioria e sem votos contra, um conjunto de investimentos nos transportes públicos, em especial ferroviários, que cobrem diversas ligações e redes de transporte absolutamente carentes de modernização e requalificação.

Os acontecimentos desta semana vêm-nos lembrar que o transporte fluvial não pode ficar ausente dessa equação.

Em síntese: estratégia de promoção do transporte público para melhoria da qualidade da mobilidade dos cidadãos e da qualidade de vida das cidades na AML, investimento público como instrumento determinante da aplicação dessa estratégia.